

"Institui a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no âmbito do Município de Cristalândia e dá outras providências."

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CRISTALÂNDIA, Estado do Tocantins, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e Eu SANCIONO a seguinte LEI:

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

- **Art.** 1º Fica instituída a Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista no âmbito do Município de Cristalândia.
- **Art. 2º** Considera-se pessoa com transtorno do espectro autista aquela que apresenta síndrome clínica caracterizada por:
- I deficiência crônica que afeta cumulativa ou isoladamente as áreas de comunicação e interação social;
- II padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades;
- III manifestação de comportamentos motores ou verbais estereotipados, comportamentos sensoriais incomuns ou apego excessivo a rotinas.
- § 1º O Transtorno do Espectro Autista (TEA) é um espectro, com ampla variação nas características e intensidades dos sintomas entre os indivíduos.
- § 2º O diagnóstico do TEA deve ser realizado por equipe multiprofissional, conforme os critérios da Classificação Internacional de Doenças (CID) ou do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM).





Av. Pedro Braz, 1 - Centro, Cristalândia - TO 77490-000



Art. 3º Para fins de fruição dos direitos previstos na legislação municipal, a pessoa diagnosticada com transtorno do espectro autista é reconhecida como pessoa com deficiência para todos os efeitos legais, mediante apresentação de laudo médico válido a qualquer tempo.

CAPÍTULO II - DAS POLÍTICAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Art. 4º Constituem diretrizes da Política Municipal de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista:

I - a intersetorialidade das ações e políticas públicas;

 II - a participação da comunidade na formulação, acompanhamento e avaliação das políticas;

 III - a atenção integral à saúde, incluindo diagnóstico precoce, atendimento multiprofissional e acesso a medicamentos e nutrientes;

 IV - a responsabilidade do poder público na divulgação de informações sobre o transtorno;

V - o incentivo à formação de profissionais especializados, bem como à capacitação de pais e responsáveis;

VI - o estímulo à pesquisa científica sobre o transtorno.

CAPÍTULO III - DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Art. 5° É garantida a inclusão de estudantes com transtorno do espectro autista em classes comuns de ensino regular, com atendimento educacional especializado gratuito, observando-se os seguintes critérios:

 I - elaboração de Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) pela Secretaria de Educação, em até 30 dias após a matrícula;





Av. Pedro Braz, 1 - Centro, Cristalândia - TO 77490-000



II - apresentação de relatórios bimestrais de desenvolvimento pedagógico e social;

 III - prioridade de matrícula em instituição próxima da residência ou local de trabalho dos responsáveis;

- IV oferta de ensino híbrido e suporte para alunos ausentes por motivo de saúde;
- V disponibilização de professor de apoio:
 - a) para até três alunos com grau de suporte I ou II;
 - b) individualmente para alunos com grau de suporte III ou IV;
- VI formação e avaliação continuada dos profissionais envolvidos.

CAPÍTULO IV - DO DIREITO À SAÚDE

- Art. 6º É assegurado à pessoa com transtorno do espectro autista:
- I diagnóstico precoce e atendimento multidisciplinar;
- II acesso a nutrição adequada e terapia nutricional;
- III fornecimento de medicamentos para tratamento de comorbidades e disfunções do sistema endocanabinóide;
- IV atendimento prioritário em unidades de saúde e vacinação prioritária.

Parágrafo único. As unidades de atendimento deverão possuir sinalização adequada contendo o símbolo do transtorno

CAPÍTULO V - DA ACESSIBILIDADE

Art. 7º É vedada qualquer forma de discriminação quanto à acessibilidade da pessoa com transtorno do espectro autista, garantindo-se:





Av. Pedro Braz, 1 - Centro, Cristalândia - TO 77490-000



I - gratuidade em estacionamentos públicos por até duas horas;

II - reserva de no mínimo 2% das vagas em estacionamentos privados e públicos;

III - atualização das placas indicativas com o símbolo do autismo.

Parágrafo Único: O descumprimento acarretará:

I - advertência;

II - multa de dez Unidades Fiscais Municipais (UFM);

III - suspensão do alvará de funcionamento até a regularização.

CAPÍTULO VI - DA CONSCIENTIZAÇÃO

Art. 8º Institui-se a Semana Municipal de Conscientização sobre o Autismo, a ser realizada anualmente na primeira semana de abril, com as seguintes finalidades:

I - disseminar informações sobre o transtorno do espectro autista;

II - estimular atividades educativas, culturais e esportivas;

III - atualizar a sinalização de prioridade;

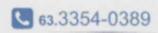
IV - promover vacinação prioritária mediante comprovação documental.

Art. 9° O Poder Executivo poderá celebrar convênios com entidades públicas e privadas para execução das atividades.

Art. 10 - A Semana Municipal passa a integrar o calendário oficial de eventos do Município.

CAPÍTULO VII - DO DIREITO À CULTURA E AO LAZER





Av. Pedro Braz, 1 - Centro, Cristalândia - TO 77490-000



§ 2º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a criar um Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, com a participação de representantes do governo, da sociedade civil, de pessoas com TEA e de seus familiares, para acompanhar a implementação desta Lei.

Art. 15 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Cristalândia - Estado do Tocantins, aos 20 dias do mês de maio de 2025.

WILSON JUNIOR CARVALHO DE OZIVEIRA
Prefeito Municipal